1.5.12. Processo nº 000433-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Banco do Estado do Pará - BANPARÁ

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades com relação à Dispensa de Licitação nº 30/2012, do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03/2019-CSMP.

1.5.13. Processo nº 000228-150/2014

Requerente(s): Procuradoria da República do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades na aplicação de dinheiro público em contrato firmado entre a Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN) e a empresa Belém Ambiental Ltda.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03/2019-CSMP.

1.5.14. Processo nº 001278-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Departamento de Transito do Estado do Pará - DETRAN-PA

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia quanto à suposta prática de atos de improbidade administrativa no âmbito do DETRAN/PA, para adoção das providências cabíveis.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção aos Enunciados 03 e 09/2019-CSMP.

1.5.15. Processo nº 000059-150/2014

Requerente(s): Senador Mario Couto

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação - SEDUC

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades no Contrato nº 138/2009, firmado entre SEDUC e SUPERSERVE.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO e pela conversão do julgamento em diligências, nos termos do art. 27, §3º, I da Resolução nº 007/2019-CPJ.

1.5.16. Processo nº 001302-940/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Rosa Maria Mesquita Milhomem Costa e Rafael Coimbra Matos

Origem: 11º PJ de Marabá

Assunto: Apurar indícios de atos de Improbidade Administrativa relativo a suposto acúmulo ilegal de cargos públicos por profissional médico atuante no município de Marabá.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03/2019-CSMP.

1.5.17. Processo nº 000333-125/2014

Requerente(s): Hospital Universitário João de Barros Barreto - HUIBB

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde - SESMA

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Pedido para solucionar uma situação de pendências financeiras da SESMA com o HUIBB.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO e pela conversão do julgamento em diligências, nos termos do art. 27, §3º, I da Resolução nº 007/2019-CPJ.

1.5.18. Processo nº 000158-150/2014

Requerente(s): Daniel César Azeredo Avelino - Procurador da República

Requerido(s): Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades na Inexigibilidade de Licitação nº 007/2005-CPL/PMPA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03/2019-CSMP.

1.5.19. Processo nº 000051-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Maria do Socorro Ribeiro Ferreira e Ferreira

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pela atual diretora do HEMOPA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 09/2019-CSMP.

1.5.20. Processo nº 000052-150/2014

Requerente(s): Senador Mario Couto

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação - SEDUC

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades no Processo nº 2262/2008, firmado entre SEDUC e Phoenix Engenharia Ltda.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03/2019-CSMP.

1.5.21. Processo nº 000321-245/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Acará

Origem: PJ de Acará

Assunto: Apurar denúncia contra a Prefeitura Municipal de Acará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO e pela CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIAS, nos termos do art. 27, §3º, I da Resolução nº 007/2019-CPJ.

1.5.22. Processo nº 000571-477/2019

Requerente(s): Maria Jose Botelho da Cunha

Requerido(s): Centrais Elétrica do Pará S/A - REDE CELPA

Origem: 1º PJ de Meio Ambiente de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia contra Centrais Elétrica do Pará S/A - REDE CELPA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 127 da Constituição Federal; art. 25 IV, "a", da Lei Federal nº 8,625/93 e do art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.5.23. Processo nº 000147-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Ana Carolina Conte Rodrigues

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar irregularidade na situação funcional da servidora Ana Carolina Conte Rodrigues, especialmente em sua dispensa de estágio probatório e cessão ao IPAMB.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03/2019-CSMP.

1.5.24. Processo nº 000159-151/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar a contratação pela Prefeitura de Belém de empresas transportadoras de bens sem a cobrança do Registro Nacional de Transportes de Cargas RNTRC/ANTT.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO do arquivamento e pela devolução do feito à Promotoria de Justiça, que, após o capeamento com a denominação de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO e procedido os registros de praxe, deve ser arquivado na Promotoria de origem, conforme o disposto no art. 36 da Resolução nº 007/2019-CPJ e no art. 12 da Resolução nº 174/2017-CNMP.

1.5.25. Processo nº 000332-151/2018

Requerente(s): Ouvidoria do MPE/PA

Requerido(s): Chefia da Casa Civil da Governadoria do Estado